

Reunião apresentação

Projeto de criação da AMPIC da Baía de Armação de Pêra

Lota de Armação de Pêra - 28.11.2018

ENQUADRAMENTO

No dia 28 de novembro de 2018, o **Município de Silves**, a **Fundação Oceano Azul**, a **Universidade do Algarve** através do Centro de Ciências do Mar (CCMAR), a **Associação de Pescadores de Armação de Pêra** e a **Junta de Freguesia de Armação de Pêra**, promoveram uma reunião de trabalho, alargada a muitas outras entidades locais e regionais, de apresentação das bases do projeto de criação de uma **Área Marinha Protegida de Interesse Comunitário na Baía de Armação de Pêra**.

Este projeto, apoiado num estudo da Universidade do Algarve, que sintetiza o conhecimento técnico e científico sobre esta baía, assenta no **reconhecimento do recife da Baía de Armação de Pêra como uma das áreas com maior biodiversidade e produtividade da Costa Algarvia**.

Esta baía beneficia de condições particulares, sendo o maior recife rochoso costeiro de Portugal, encontrando-se, no entanto, impactado por diversas atividades humanas, que podem colocar em risco a conservação deste importante ecossistema.

Unidas pelo interesse e vontade comuns em proteger os ecossistemas marinhos de extrema riqueza deste recife, estas entidades pretendem alcançar uma utilização sustentável, promovendo a pesca local e o turismo de natureza sustentáveis, a par com a sua preservação e a proteção dos seus valores naturais, biodiversidade e serviços dos ecossistemas (capital natural azul).

A reunião de apresentação do projeto teve como objetivo principal dar conta do trabalho já desenvolvido e sensibilizar e mobilizar os diversos atores locais, regionais e nacionais para a importância de proteger a Baía de Armação de Pêra, com medidas eficazes que promovam a sustentabilidade dos recursos e impeçam o desenvolvimento de atividades que afetem irreversivelmente este ecossistema marinho, de importante riqueza para o Algarve e para Portugal.

A reunião de trabalho registou uma **participação de 28 atores regionais**, nomeadamente, autarquias, associações representativas da atividade piscatória e das atividades marítimo-turísticas, representantes da administração central, universidades, laboratórios do estado, organizações não-governamentais e empresas (lista de participantes em Anexo), tendo todos sido convidados a manifestar o interesse em participar no desenvolvimento deste processo, que decorrerá durante o próximo ano.

As entidades promotoras não têm dúvidas de que o envolvimento de todas as partes que se mostrem interessadas na criação de uma Área Marinha Protegida de Interesse Comunitário (AMPIC) da Baía de Armação de Pêra é fundamental para que se encontre o melhor caminho para a preservação deste ecossistema marinho e dos seus valores naturais, condição que permitirá, igualmente, o desenvolvimento económico sustentável da região e do país.

O objetivo principal da reunião foi cumprido e foi unânime, entre os participantes, o reconhecimento da importância do projeto e a vontade em colaborar.

Pretende-se, com este processo participativo, entregar ao Governo no próximo ano uma proposta de criação da Área Marinha Protegida de Interesse Comunitário da Baía de Armação de Pêra.

DESENVOLVIMENTO REUNIÃO

A reunião foi aberta pela **Presidente de Câmara, Rosa Palma**, que após cumprimentar e dar as boas vindas a todos os presentes na Sala, demonstrou o seu contentamento em poder destacar o concelho, e em particular a Baía de Armação de Pêra, como uma área com recursos naturais de grande relevância a serem preservados.

Destacou os seguintes pontos:

1. o trabalho já desenvolvido pelo grupo de entidades dinamizadoras/promotoras do projeto, convidando as entidades presentes a integrar este processo consultivo/participativo;
2. o estudo de investigação científica desenvolvido pelo CCMAR em parceria com o Centro de Investigação Marinha e Ambiental da Universidade do Algarve, que procedeu ao levantamento transdisciplinar, biológico, geológico, ecológico, oceanográfico, bem como aos usos da pesca na baía de Armação de Pêra, mostrando ser um sólido suporte de base para o desenvolvimento do projeto e
3. a presença das entidades da região convidadas, que só por si revela o interesse em conhecer o projeto que ambiciona o envolvimento participativo de todos.

O Município de Silves mostrou o seu interesse e entusiasmo na criação da Área Marinha Protegida, que vai ao encontro do desenvolvimento económico sustentável do concelho, indo pelo caminho da conservação, gestão e salvaguarda dos valores ambientais, dos ecossistemas, dos recursos e da sua diversidade, particularmente dos mais sensíveis e ameaçados. O valor ímpar do maior recife rochoso costeiro de Portugal deverá ser preservado, conciliando a adoção de medidas eficazes que impeçam a destruição irreversível do ecossistema com a valorização social e cultural da pesca artesanal local e de outras atividades de cariz

económico, garantindo assim o equilíbrio necessário para a preservação dos recursos no futuro e torná-lo uma mais valia para a valorização de Armação de Pêra como destino turístico de eleição.

O **Presidente da Junta de Freguesia de Armação de Pêra, Ricardo Pinto**, agradeceu igualmente a presença de todas as entidades, incluindo todos os que participaram na realização do evento, e do trabalho já efetuado e reforçou o seu empenho no projeto de criação de uma AMPIC na baía de Armação de Pêra, projeto esse que diz respeito a todos os envolvidos como ocupantes do planeta e responsáveis pela sua preservação para futuras gerações. Mostrou o seu contentamento e crença no modelo que está a ser desenvolvido para a proteção dos valores naturais da Baía, salvaguardando não só os interesses do setor da pesca, mas também de toda a comunidade local que dela usufrui, alertando para a importância do contributo e participação de todas as entidades.

O **Administrador da Fundação Oceano Azul, Tiago Pitta e Cunha (TPC)**, após agradecimentos, reforçou a importância da riqueza natural existente em Armação de Pêra, não só para a comunidade local, mas para o Algarve e para Portugal. As principais ideias transmitidas resumem-se nos seguintes pontos:

1. O mar voltou a estar na agenda de Portugal. Existe a perceção clara de que a economia do mar é uma das vias de crescimento do país, gerando mais emprego, mais economia, mais visibilidade para o país.
2. O ecossistema marinho, o mar e a sua biodiversidade têm vindo a desaparecer gradualmente e fala-se de uma crise ecológica dos oceanos com extinção de um grande número de espécies marinhas, dados os impactos da sobre-exploração e da poluição.
3. Quando se fala em futuro é preciso falar de sustentabilidade, o séc. XXI será o século da sustentabilidade, em que não será possível falar de sustentabilidade social e económica se não existir a sustentabilidade ambiental.
4. Na agenda internacional, os oceanos estão cada vez mais representados e para Portugal, que quer ser um líder da sustentabilidade dos oceanos, é importante preservar o **Capital Natural** (serviços que a natureza nos presta) existente no seu património, capital natural este que é cada vez mais valioso por ser cada vez menor.
5. Assim, havendo cada vez mais gente no planeta e cada vez menos natureza, o capital natural dos territórios passa a ser muito importante para os países. Armação de Pêra surge como uma verdadeira preciosidade para o Algarve e para Portugal, ao ser reconhecido, no estudo científico da Universidade do Algarve, como albergando o **maior recife rochoso da costa de Portugal**, com uma grande biodiversidade, produtividade e capacidade de gerar stocks pesqueiros.

6. Este recife, **banco de capital natural**, deverá ser preservado e tornado mais produtivo para a subsistência e futuro das comunidades locais. A sua preservação e planeamento de usos deverá ser trabalhado em conjunto com estas comunidades e entidades locais.
7. Ao preservar os recursos naturais, a região é valorizada, o que permitirá a **criação de uma marca** da região, que rentabilizará a venda dos seus produtos e permitirá a requalificação de todo o Algarve.
8. É importante requalificar o Algarve e Portugal, partindo não de uma folha em branco, mas sim de algo concreto como o estudo efetuado pelo CCMAR que nos permitirá conhecer os valores e o capital a ser preservado, sugerir como o proteger e como o rentabilizar para melhorar a economia local e regional.
9. Existe agora a possibilidade inovadora de, em conjunto com todas as entidades presentes, trabalhar no sentido de planear e criar uma proposta para uma Área Marinha Protegida de Interesse Comunitário em Armação de Pêra.

O Investigador Jorge Gonçalves do CCMAR (JG), esclareceu que o estudo surgiu no início do século com um desafio feito pela Direção Geral do Ambiente e Ordenamento do Território para fazer um mapeamento inicial do impacto das dragagens na costa do Algarve. O estudo, efetuado essencialmente pelo CCMAR, contou com os contributos do CIMA e do IPMA no mapeamento do fundo marinho, entre a barrinha (Faro) e a ponta da Piedade (Lagos), dos 0 - 30m de profundidade.

Verificou-se que:

1. Existem, essencialmente, bancos de areia (com alguns oásis de rocha) no sotavento e maciços rochosos no barlavento;
2. **O maior recife rochoso Português**, a baixa profundidade, fica na Baía de Armação de Pêra. Existem outros maciços rochosos continentais portugueses importantes a sul de Sines, Ericeira, Peniche, e no litoral de Esposende, mas este é **único**, não só pela sua dimensão, mas por ser o único que está na fachada sul com características oceanográficas únicas.
3. Após a investigação com metodologias diversas, de mergulho científico, dragas, arrasto de vara, dispositivos de vídeo, a Baía de Armação de Pêra demonstrou ter:
 - A biodiversidade marinha mais rica da região com valores mais elevados em termos de nº de espécies, abundância e presença de espécies ameaçadas.
 - Presença de **habitats particulares como o das ervas marinhas, algas calcárias (maerl), habitats vulneráveis (gorgónias), 45 espécies novas para Portugal, 12 espécies novas para a ciência a nível mundial** (1 búzio descoberto neste estudo, 11 sp. de briozoários descobertos na baía).

- A maior produtividade biológica (larvas de sardinha e plâncton) na região. As condições oceanográficas extraordinárias com uma zona de confluência de correntes (correntes mais quentes vindas do golfo de cádis e correntes mais frias e ricas em nutrientes devido a afloramentos costeiros) que influenciam a região, fazem com que esta zona de transição seja muito produtiva.
- A maior zona de maternidade e abrigo com locais privilegiados para o desenvolvimento do ciclo de vida de espécies comerciais importantes (sargo, pargo, robalo, dourada),
- Esta região é a zona com maior incidência de atividade pesqueira local e de cerco (esta última essencialmente fora da Baía).

Existe uma grande necessidade de preservar estas espécies e a Baía, não só para preservar a biodiversidade, mas por causa dos serviços de pesca e turismo que nos presta.

Neste caso, a ideia é apresentar o estudo científico às comunidades locais, discutir o mesmo em processo participativo, e decidir em conjunto qual o melhor modelo de gestão e implementação de uma Área Marinha Protegida de Interesse Comunitário. Depois de construída uma proposta com todas as entidades interessadas, será entregue a mesma ao governo central.

Finalmente, elencou quais os **objetivos gerais** de implementação de uma área como esta:

1. **Conservação** eficaz dos valores naturais existentes, particularmente dos mais sensíveis e ameaçados;
2. Promoção da **Pesca Sustentável** (a pesca local e sustentável deverá ser promovida e não prejudicada);
3. Desenvolvimento de **atividades recreativas sustentáveis**.

Miguel Rodrigues da Associação de Pescadores de Armação de Pêra (APAP), grande entusiasta e dinamizador do projeto, contribuiu para o arranque do mesmo através da sua forte motivação e do seu contacto próximo com as diferentes entidades que hoje são as grandes impulsionadoras da AMPIC. Como representante e voz da APAP mostrou o interesse total da Associação neste projeto pois, de uma forma ou de outra, toda a comunidade depende desta baía, direta ou indiretamente através da pesca ou do turismo. *“A comunidade tem a perfeita noção do valor da baía, da importância da sua preservação, mostrando total vontade de contribuir para a sua gestão sustentável. A APAP vê neste projeto uma oportunidade única para a economia local, requalificando a praia, valorizando os recursos, trazendo orgulho na praia de Armação de Pêra, preservando e gerando melhor qualidade de vida. Existem exemplos do que foi mal feito a nível mundial e existe agora a oportunidade de juntar todas as entidades e fazer bem feito, atingindo os objetivos propostos. Existem projetos que*

podem ser criados para esta Baía, tais como, a criação de um centro de interpretação, o desenvolvimento de forma sustentada das empresas marítimo-turísticas, a criação de melhores condições para a pesca artesanal, dando a oportunidade de mostrar ao mundo o maior recife natural costeiro de Portugal e preservando a cultura e a entidade portuguesa. Tirar o maior proveito do recife, preservando-o. **Temos a universidade, o poder político, as entidades algarvias e toda a comunidade para em conjunto construir a primeira AMPIC».**

DEBATE:

Com a moderação de António José Correia, colaborador da Fundação Oceano Azul, seguiu-se um debate do qual se destaca:

1. **António Pinto** – Pescador da pequena pesca (Associação de pescadores e operadores marítimo – turísticos da **Senhora da Rocha**)
«Todos os pescadores desta localidade reconhecem a ribeira de Alcantarilha, como sendo um berçário único, como tendo uma fonte de vida riquíssima que está ameaçado e necessita de proteção».
«Antes de existirem biólogos e estudos científicos já existiam as comunidades de pescadores e esta «espécie» tem também de ser protegida».
2. **José Cardoso Botelho/Nuno Banha – Vanguard Properties**
«Este projeto faz todo o sentido na ótica do turismo, pois a valorização do Património Natural, valoriza a sustentabilidade da comunidade e toda a região. É um projeto de louvar».
3. **José Pacheco/ Paula - Agência Portuguesa de Ambiente**
«O estudo efetivado pelo CCMAr teve início há já algum tempo ainda na Direção Geral do Ambiente e Ordenamento do Território. A CCDR efetivou o pedido ao CCMAr e o estudo concretizou-se. A Agência Portuguesa do Ambiente está presente na reunião para demonstrar todo o interesse em apoiar este projeto. O estudo não é novo, já era do conhecimento do Antecessor Sebastião Teixeira, e a APA está empenhada em participar, colaborar e dar todo o apoio e contributo que for solicitado».
4. **Ana Rita Boto – Presidente Associação de pescadores de Lobos do Mar**
«A Associação de Pescadores Lobos do Mar é uma associação muito jovem que começou a atividade em março de 2018. Na qualidade de presidente da associação, represento uma pequena comunidade piscatória e estou hoje na reunião para saber mais deste projeto, muito interessante, para poder comunicar aos associados. Existe uma renitência grande em aceitar este tipo de políticas e a comunidade que

represento tem muito receio “da mudança”. **É uma mudança boa, mas deverá sempre ter em conta os interesses económicos, familiares e da atividade das comunidades piscatórias.** É importante pensar no futuro e na biodiversidade das espécies, mas temos de pensar que estas políticas que poderão vir a ser implementadas interferem diretamente e diariamente na vida das famílias da comunidade piscatórias. Isso tem de ser acautelado e preservado».

5. Jorge Oliveira e Carmo - DGPM

«Existe um compromisso do Governo Português e compromissos internacionais quanto ao aumento das AMP e estas áreas devem ser pensadas. **O que é inovador neste projeto é trazer a participação pública para as questões da política do mar e não serem de cima para baixo, mas sim dos atores que estão no terreno e das entidades que participam de uma forma local e regional na definição das políticas públicas.** Sinal de esperança, e todos estamos entusiasmados com o projeto. Mas para ser uma AMP ela não se destina apenas a conservar os valores que lá estão é **fundamental pensar que modelo de gestão queremos desenvolver para que os ativos cresçam mais que os passivos.** Lanço o desafio que se pense desde o início como se quer que esta AMP seja gerida para que se possa criar valor e não seja só conservação».

6. Ricardo Arrabaça - Capitão Porto Portimão

«**Existe uma necessidade fundamental das comunidades locais ajudarem na fiscalização.** Esta não pode ser só atribuída às autoridades oficiais. Todos nós como cidadãos devemos fazer parte dessa vigilância. Este projeto é muito interessante por trazer toda esta comunidade que está mesmo aqui à frente e que usa diariamente a zona a serem os primeiros a colaborar nessa missão de fiscalização. As autoridades responsáveis não o conseguem fazer sem a ajuda das comunidades e utilizadores.

7. Henrique Ferrão (Pescador)

Q: **“Quais serão os limites da AMP?”**

R: JG (CCMAR) - «Toda área é muito importante, no entanto, à partida, nada é proibido. O que se pretende é definir em conjunto com a comunidade piscatória e com outras partes interessadas, quais as áreas com maior interesse para serem protegidas, afetando o mínimo as comunidades pesqueiras. **E mesmo as áreas que poderão vir a ser interditas à pesca, a ideia é estudar outras contrapartidas para que os pescadores não fiquem prejudicados».**

8. André Pinheiro – Associação Almargem

Q: **«Existe alguma perspetiva de quando será implementada a AMPIC e quando estará regulamentada?»**

R: (TPC/FOA) - «Este é um processo novo sem precedentes, pelo que estamos aqui a navegar por mares nunca dantes navegados. No entanto, o processo vai ser feito à medida das comunidades. Não é um processo que começa nas entidades governamentais centrais, mas sim, começa na lota de Armação de Pêra, de baixo para cima. Não poderá ser este grupo a fazer e aprovar a legislação e a regulamentação da AMPIC. Serão as entidades governamentais responsáveis que poderão aprovar a Lei, mas o que este conjunto de entidades poderá fazer é apresentar uma proposta que, na sua génese, é concebida com a comunidade. Daí o nome Área Marinha Protegida de Interesse Comunitário».

«Depois de consolidarmos uma proposta vai depender muito das entidades públicas e do legislador, o Estado Português, conseguir materializar da melhor forma a proposta».

“A Fundação Oceano Azul tem interesse em apoiar este projeto pois ele é um processo que não tem precedentes e poderá depois ser replicado em muitas outras áreas e territórios do país valorizando Portugal. A Fundação tem interesse em patrocinar mais estudos da Universidade do Algarve, bem como um estudo jurídico que nos diga como poderá ser efetivado um processo destes para ajudar a enquadrar os esforços que irão ser feitos.”

9. Cláudia Ruivinho - RTA – Região de Turismo do Algarve

«A Implementação de uma AMPIC tem muito interesse para a valorização do território e assim para o turismo. O **turismo natureza** tem tentado dar alguma resposta ao problema de **sazonalidade** que se vive no Algarve. O turista tem mudado o seu perfil e deixou de ser aquele que só vem para usufruir da praia e do sol. O turista atual procura algo mais, desde o artesanato à gastronomia, pelo que se conseguirmos valorizar esta área com bom peixe (qualidade/marca), observação de biodiversidade em mergulho, centro de interpretação, marítimo turísticas, etc., o turismo de qualidade ao longo de todo o ano poderá aumentar o que é bom até para o turismo nacional».

10. Maria de Lurdes Carvalho - CCDR – Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve

«A CCDR não é só uma entidade que encaminha linhas de fundos, mas é uma entidade que procura coordenar e que procura o desenvolvimento da região. No desenvolvimento, a questão da sustentabilidade, a questão da biodiversidade a questão da economia circular da agenda regional são fundamentais, pelo que, a criação de uma AMP de interesse comunitário é muito bem vinda. O mar é uma das oportunidades do Algarve pelo que será muito bem pontuado num projeto de desenvolvimento desta área. A pontuação

tem a ver com a qualidade do projeto, com os objetivos, com os resultados esperados, mas é uma das prioridades que a CCDR encara».

«Quando ainda estava no ICNF assisti à criação da maioria das AMP em Portugal e é a primeira vez que vejo o interesse local ser contabilizado e a motivação de todos trabalhar em conjunto».

11. Emanuel Gonçalves - Professor MARE-ISPA / Administrador Fundação Oceano Azul

«Acompanhei processos de implementação de AMP em Portugal e fora e não é comum esta particularidade de o processo estar a ser feito envolvendo as comunidades. A Arrábida tem algumas semelhanças pois tem um enorme **capital natural** e tem comunidades piscatórias residentes, mas o processo não podia ter corrido pior em termos de estruturação como AMP. Não houve participação, não houve envolvimento, não houve uma construção conjunta, houve imposição. Quando as áreas são devidamente implementadas, existem valores naturais e pressões que são trabalhadas, mas a gestão e a participação são fundamentais. Ao seguirmos com objetivos desde o início, não só de preservação dos recursos naturais, mas também a valorização das comunidades piscatórias da pequena pesca costeira e das atividades de turismo, estamos a balizar os interesses que estão em causa e que queremos construir em conjunto para o futuro. **O que vai ser a proposta ainda ninguém sabe, mas isso é o que se pretende desenvolver nas próximas etapas.** A área protegida não tem sucesso quando ela é criada, ela tem sucesso quando ela se mantém ao fim de 10 anos com todos envolvidos e produz resultados. Não sabemos como o governo central irá responder ao receber uma proposta de uma comunidade para a implementação de uma AMP, mas parece-me que uma proposta deste tipo tem mais valor e força ao ser apresentada com uma longa lista de apoiantes».

12. Valentina Calixto – ICNF – Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas

«Hoje o ICNF está aqui representado com uma posição invertida, visto normalmente ser esta entidade quem normalmente define, gere e representa as AMP. Hoje o ICNF está presente numa posição de ouvir, felicitando a iniciativa e todo o trabalho técnico desenvolvido previamente para hoje apresentar uma nova forma de trabalhar. **Esta forma de iniciar o processo de baixo para cima é diferenciador porque tem à partida, pela experiência do ICNF, melhores condições de sucesso.** A forma que o ICNF tem vindo a trabalhar com a definição das regras, das medidas de conservação a aplicar, e a procura da aceitação sem partilha e sem uma construção conjunta do processo, muitas vezes leva a que os mesmos não sejam aceites, pelo que esta forma de trabalhar de incluir todos os interessados numa construção conjunta poderá

ser muito diferenciador e eficiente. **O ICNF apoia este tipo de iniciativas pois desde logo salvaguardam espécies, habitats e procuram compatibilizar as atividades e a importância desses valores.** É necessário cada vez mais salvaguardar os valores, mas tirando partido dos mesmos deixando que essa conservação se compatibilize com as atividades em presença. Desta forma partilhada torna-se mais fácil perceber como atingir este equilíbrio».

«É importante perceber como irá ser feita esta gestão. Temos à partida o conhecimento, as regras salvaguardam os valores, pelo que a gestão (**cogestão**) terá de ser partilhada entre as entidades que exercem a atividade, as entidades que estudam, as entidades que tem competências técnicas e construir em conjunto numa gestão partilhada com as autarquias. **Este é um passo inovador num contexto muito diferenciador pelo que o ICNF vê com muito bons olhos este processo, dá o seu apoio e mostra total vontade em participar na sua construção.**»

13. André Dias – Presidente da Associação de pescadores de Ferragudo

«A Associação de Ferragudo defende as AMP e está interessada em participar na criação e no desenvolvimento deste modelo de gestão do Oceano. **Um dos principais problemas da pesca hoje é a falta de recurso, falta de capital, ele já não é suficiente mesmo que o que exista esteja valorizado.** Há vinte anos atrás o problema era a valorização do recurso (falta de valor), hoje em dia ele é valorizado, mas temos um problema de falta de recurso. A associação vê as AMP como uma forma de conseguir melhorar este problema. No Algarve há vários interesses onde a existência de uma pesca e um valor natural são muito importantes para o turismo. Em Ferragudo existe uma comunidade piscatória muito pequena que depende essencialmente da pesca e vive mal. Existe em redor a atividade imobiliária que vale muito mais, gere muito dinheiro, mas que retira área de trabalho aos pescadores. Tem que haver algum tipo de **compensação** por lhes ser retirado espaço de trabalho para a sua atividade».

«As licenças de pesca são retiradas se não são desembarcados em lota um determinado montante de pescado. Como lhes é retirada área de trabalho é difícil chegar a estes montantes e isso é igualmente um problema»

«A Baía de Armação de Pêra (BAP) é o posto de trabalho de muitos pescadores e 70% das pescas são feitas aqui no coração do barlavento onde o existe a maioria do peixe grande. **É consenso que a fazer uma AMP deverá ser na BAP para de facto ser protegida e gerar mais peixe.** A associação está disposta a colaborar e a acautelar estas questões de sobrevivência das comunidades, garantindo as suas condições (embarcações e apetrechos de pesca em bom estado, condições de higiene, etc.)».

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Miguel Rodrigues:

1. «Pesca artesanal é o maior produto turístico que temos»;
2. «Ribeira de Alcantarilha não está esquecida»;
3. «Pretende-se salvaguardar os recursos e as comunidades piscatórias»;
4. «Precisamos do contributo de todos para a criação desta AMPIC».

Jorge Gonçalves

1. «O peixe grande fica aqui!!! O peixe grande tem maior fecundidade, tem mais ovas, reproduz-se mais, tem mais juvenis, e são fonte de recursos não só para aqui mas para o Algarve inteiro»;
2. «Ribeira de Alcantarilha não está esquecida»;
3. «Que fique o peixe e que se preservem também os pescadores e todas as atividades que se desenvolvem na Baía, incluindo a investigação».

Tiago Pitta e Cunha:

1. «Toda a gente quer um desenvolvimento local e um desenvolvimento regional e não podemos continuar a manter as coisas como estão, pois, nada fazer não é uma opção dadas as circunstâncias de declínio em que tudo se encontra»;
2. «Em 2005 fizeram-se 45 abrigos para os pescadores e as suas embarcações e neste momento existem metade (12 embarcações de pesca e 12 marítimo-turísticas). Daqui a dez anos existirão menos ainda, pelo que é verdade que se possa referir os pescadores como uma “espécie em vias de extinção”»;
3. «Esta AMP aparece não só para proteger os recursos, mas também para proteger os pescadores da pesca artesanal»;
4. «Quando se fala em desenvolvimento local e regional fala-se de preservar a natureza, maior ativo do futuro, maior **capital natural**, mas ao mesmo tempo, preservar aquilo que são as marcas distintivas do que é a sociedade, da comunidade e da economia locais e regionais. **A pesca artesanal é o símbolo de identidade desta região. Se ela no futuro não existir este local fica sem alma**».
5. «O baixo valor que a pesca artesanal gera não é hoje o mesmo problema que no passado. No passado, era porque o pescado não tinha valor, hoje o pescado tem mais valor que antigamente, mas pode valer muito mais ainda se houver a inteligência de pescar menos por muito mais»;
6. «Aquilo que se pretende ao criar uma AMPIC, é criar uma área definida, com identidade própria, bem gerida e em que se valoriza e protege o recurso. A economia da pesca, cujo valor aumenta por ser uma área mais valiosa, pode tornar-se uma marca distintiva o que ajudará o Algarve e Portugal a crescer e a valorizar-se aos olhos dos outros o que, conseqüentemente, vai valorizar toda a economia».
7. «O turismo sai diferenciado, pois não se “vende” uma Armação de Pêra “com desconto”, mas sim uma Armação de Pêra “com prémio”, tornando a economia do algarve mais produtiva».
8. «Ter peixes maiores e mais abundantes, ter a preservação das soluções naturais com a criação desta AMIC, diferenciar e certificar o pescado, desenvolver o turismo natureza e criar a imagem de marca da baía de Armação de Pêra irá criar uma **marca internacional**, com sustentabilidade própria».
9. «A Fundação Oceano Azul não tem expertise ou capacidade técnica mas partilha da mesma visão dos parceiros que tem esta capacidade técnica (ICNF, APA, Universidade do Algarve, turismo algarve, CCCR, Câmara Municipal e Junta de freguesia) para ajudar o nosso país a ser melhor».

Ricardo Pinto:

Considerou esta reunião como um marco e um dia muito feliz para Armação de Pêra, para Silves, para a Região e para o Algarve:

1. «Estamos aqui, lado a lado, todas as entidades sentadas, sem qualquer protagonismo a co-construir um processo de criação de uma AMPIC e é nesse sentido que se quer envolver as restantes entidades»;
2. «Todos levamos alguma coisa da sessão de hoje, e todas as entidades representadas vão poder transmitir que este grupo conseguiu ter uma iniciativa de algo que nunca foi feito: juntaram-se, procuraram olhar aquilo que tem, conhecer o seu passado, para compreender melhor o seu presente e para perspetivar o seu futuro. Autodenominamo-nos de Grupo Dinamizador apenas porque tivemos a iniciativa, mas pretende-se que dessa dinâmica façam parte todas as entidades trabalhando lado a lado. Juntos somos mais fortes».

Presidente Rosa Palma:

1. «Não queremos destacar ninguém nem nenhuma entidade»;
2. «Queremos o envolvimento das comunidades de pescadores, porque sabemos a importância que este mar tem para estas comunidades»; «A arte da pesca tem-se perdido e é necessário dar continuidade à mesma»;
3. «Valorizar o turismo: os nossos turistas procuram vivenciar a cultura, os costumes, as tradições, as artes e é importante que o consigam continuar a fazer aqui»;
4. «Esta valorização comunitária não pretende só destacar o território de Armação de Pêra e esta comunidade, mas sim, que esta arte de pesca tenha sustentabilidade no futuro. Daí ter as comunidades de pescadores de várias localidades do algarve aqui presentes.
5. «Temos aqui a principal maternidade, e isso é muito importante para a sustentabilidade da pesca. Se não houver algo a proteger e permita que haja sempre peixe, as nossas comunidades não podem ser protegidas»
6. «Já anteriormente houve processos, que podiam não estar errados mas que não tiveram a preocupação de envolver as comunidades e não foram eficientes por isso. Aqui, pretende-se que todos sejam envolvidos, que possam colocar todas as questões e percebam que aquilo que se pretende é proteger não só o recife e os seus valores, mas Armação de Pêra, a arte de pesca e todo o Algarve».
7. «Contamos com as entidades que manifestem o seu interesse via email a participar na criação desta AMPIC».